



## PROVIMENTO CONJUNTO N° 46/2021

A **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e a **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o retorno da realização das audiências de custódia, nos dias úteis e nos plantões ordinários, nos termos do artigo 10 do **Provimento CSM nº 2629/2021**;

**CONSIDERANDO** a prorrogação do início da realização das audiências de custódia, sejam presenciais, sejam por videoconferência para o dia 04/10/2021, nos termos do Comunicado **Conjunto nº 2124/2021**;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer os critérios mínimos para o seu restabelecimento;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o decidido no processo digital nº 2021/103054.

### RESOLVEM:

**Artigo 1º.** A partir de 04/10/2021 as audiências de custódia serão realizadas por videoconferência, desde que observado o art. 19 da Resolução CNJ nº 329/2020, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 357/2020, vedada a forma híbrida.

**§1º** Nos dias úteis, nas Comarcas sem a estrutura exigida pelo art. 19 da Resolução CNJ nº 329/2020, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 357/2020, as audiências de custódia deverão ser realizadas de forma presencial.

**§2º** Nos Plantões Ordinários, que serão realizados na forma remota (art. 32 do Provimento CSM nº 2.564/2020), não sendo possível a realização das audiências de custódia por videoconferência, na forma supra, a análise de todas as modalidades de prisão observará os termos dos art. 8º e 8ª-A da Recomendação CNJ nº 62/2020, com vigência prorrogada pela Recomendação CNJ nº 91/2021, e do Comunicado CG nº 250/2020.

**§3º** Apresentado o preso e identificada a existência de sintomas de COVID-19, conforme [nota técnica sobre protocolos e orientações para retorno ao trabalho presencial](#), aplica-se o disposto no artigo 406-D, §1º, das NSCGJ.

**Artigo 2º.** A competência para realização da audiência da custódia (auto de prisão em flagrante ou cumprimento de mandado decorrente das demais modalidades de prisão) seja presencial ou por videoconferência, é fixada em função do local em que se deu a prisão, observadas as Resoluções OE nº 740/16, 762/16, 786/17, 779/17 e 808/19.

**Artigo 3º.** As audiências de custódia presenciais ou por videoconferência, **nos dias úteis**, serão realizadas nos horários abaixo, ficando suspensas as regras estabelecidas no § 1º, do artigo 406-A das NSCGJ:

I - na Capital, para os juízes que atuam nas audiências de custódia do DIPO e à equipe de apoio às custódias, o horário de realização das custódias na forma presencial será das **10h às 16h**, devendo a pessoa detida e o auto de prisão em flagrante ou de cumprimento de mandado decorrente das demais modalidades de prisão ser apresentados até às **15h**;

II - na sede da Circunscrição Judiciária, quando realizadas as audiências de custódia de forma concentrada, o horário de realização das custódias na forma presencial será das **10h às 16h**, devendo a pessoa detida e o auto de prisão em flagrante ou de cumprimento de mandado decorrente das demais modalidades de prisão ser apresentados até às **11h**;

III - quando realizada na própria Comarca (Foro local), fica mantido o horário de realização das custódias na forma presencial das **13h às 19h**, devendo a pessoa detida e o auto de

prisão em flagrante ou de cumprimento de mandado decorrente das demais modalidades de prisão ser apresentados até às **14h**.

**Artigo 4º.** No Plantão Judiciário Ordinário o auto de prisão em flagrante e o expediente decorrente das demais modalidades de prisão (temporárias, preventivas, definitivas e prisões civis) serão apresentados até às 11h (art. 406-A, §2º, das NSCGJ/SP).

**Artigo 5º.** É obrigatório o cadastro da audiência de custódia no Sistema de Audiências de Custódia (SISTAC) do CNJ, nos termos do art. 406-G das NSCGJ, independentemente da forma pela qual foi realizada.

**Artigo 6º.** Os magistrados e as equipes de servidores designados para as audiências de custódias realizadas presencialmente não serão computados no percentual do trabalho presencial estabelecido no Provimento CSM nº 2629/2021.

**Artigo 7º.** Havendo a estrutura necessária para a realização da audiência por videoconferência, o Juiz Corregedor responsável pela Custódia deverá encaminhar ofício à Corregedoria Geral da Justiça, no e-mail [dicoge2@tjsp.jus.br](mailto:dicoge2@tjsp.jus.br) - Assunto: Provimento Conjunto 46/2021 – Estrutura para audiências de Custódia, requerendo a autorização para sua utilização.

**§1º.** Recebida a autorização, o Juízo deverá comunicar ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à OAB local.

**§2º.** Será disponibilizada no sítio do TJSP página com a relação das Comarcas e Sedes de Circunscrição Judiciária que realização as audiências de custódia por videoconferência.

**Artigo 8º.** Quando não realizada audiência de custódia, deverá ser acessada a plataforma online de amplitude nacional para registro da análise do auto de prisão em flagrante (APF) para o devido preenchimento [https://pt.research.net/r/cnj\\_analise\\_apf2](https://pt.research.net/r/cnj_analise_apf2) (Comunicado Conjunto nº 375/2020).

**Artigo 9º.** Ficam dispensadas as assinaturas em papel dos presentes nas audiências de custódia presenciais, bastando a assinatura eletrônica do Juiz que as presidiu no termo de audiência.

**Artigo 10.** A gravação das audiências deverá observar o regramento do Comunicado Conjunto nº 1350/2020.

**Artigo 11.** Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

São Paulo, 28 de setembro de 2021.

**GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO** | Presidente do Tribunal de Justiça

**RICARDO MAIR ANAFE** | Corregedor Geral da Justiça